

FRATERNIDADE SACERDOTAL DO PORTO

IPSS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

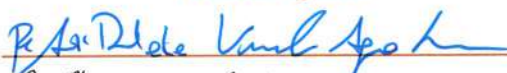
31 DE DEZEMBRO DE 2025

A ASSEMBLEIA GERAL

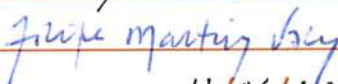


30/03/2026

A DIREÇÃO







12/03/2026

A CONTABILISTA CERTIFICADA



191506664

Membro Nº
56533

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
ANEXO	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros. 8	
3.1. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas.....	13
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	13
3.4. Correções de erros dos períodos anteriores	13
3.5. Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.....	14
4. Ativos Fixos Tangíveis	14
4.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis	14
4.2. Propriedades de Investimento	15
Resumo dos Ativos Fixos Tangíveis	15
5. Ativos Intangíveis	15
6. Custos de empréstimos	15
7. Inventários	16
8. Rédito.....	16
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
10. Outras Informações	17
10.1. Outros ativos correntes	17
10.2. Diferimentos	17
10.3. Caixa e Depósitos Bancários	17
10.4. Fundos Patrimoniais	18
10.5. Fornecedores	18
10.6. Estado e Outros Entes Públicos	18
10.7. Outros passivos correntes	19
10.8. Subsídios, doações e legados à exploração	19
10.9. Fornecimentos e serviços externos	19
10.10. Outros rendimentos.....	20
10.11. Outros gastos	20
10.12. Resultados Financeiros	20
11. Benefícios dos empregados.....	21
12. Acontecimentos após a data do balanço.....	21


Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025			
Unidade Monetária: Euros			
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,4	1.267.361,26	1.309.982,35
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis		271,73	271,73
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		1.267.632,99	1.310.254,08
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros Entes Públicos	3,9,10	16.145,36	1.862,39
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	2,3,10	1.121,92	1.039,70
Outros ativos correntes	2,3,10	1.146,56	1.159,21
Caixa e depósitos bancários	3,10	569.566,61	474.361,03
Subtotal		587.980,45	478.422,33
Total do Ativo		1.855.613,44	1.788.676,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	3,10	1.431.245,61	1.431.245,61
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	2,4	3.630,74	35.144,07
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3,10	347.717,66	347.717,66
		1.782.594,01	1.814.107,34
Resultado Líquido do período		61.463,65	(31.513,33)
Total dos Fundos Patrimoniais		1.844.057,66	1.782.594,01
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	3,10	5.258,82	
Estado e outros Entes Públicos	3,9,10	331,68	335,03
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	2,3,10	3.132,40	3.619,78
Outros passivos correntes	2,3,10	2.832,88	2.127,59
Subtotal		11.555,78	6.082,40
Total do passivo		11.555,78	6.082,40
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1.855.613,44	1.788.676,41

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A DIREÇÃO


 Dr. Vítor Manuel Diniz da Costa
 Jorge Martiņez

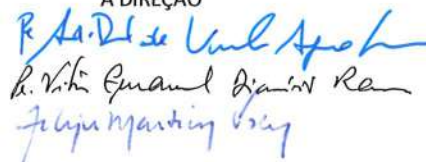
Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		Unidade Monetária: Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	2,3,8	38.475,00	38.535,00
Subsídios, doações e legados à exploração		-	-
Subsídios de Entidades Públicas			
ISS, IP - Centros Distritais			
Subsídios de outras entidades			
Doações heranças e legados		7.101,00	12.435,83
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(8.192,66)	(5.932,98)
Fornecimentos e serviços externos	10	(48.314,46)	(32.017,74)
Gastos com o pessoal	11	(17.262,88)	(16.455,98)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	2,3,10	143.540,65	36.061,84
Correções relativas a exercicios anteriores			
Correções positivas de participações do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores	2,3,10		
Imputações de Subsídios ao investimento			
Outros rendimentos	2,3,10	143.540,65	36.061,84
Outros gastos	2,3,10	(12.696,50)	(18.454,99)
Correções relativas a exercicios anteriores			
Correções negativas de participações do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores	2,3,10	(2.176,47)	(107,86)
Outros gastos	2,3,10	(10.520,03)	(18.347,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		102.650,15	14.170,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(41.186,50)	(45.684,31)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61.463,65	(31.513,33)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		61.463,65	(31.513,33)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		61.463,65	(31.513,33)

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A DIREÇÃO



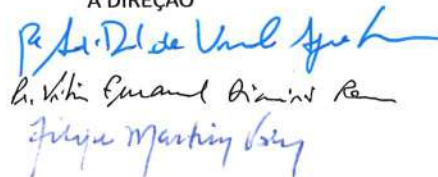
Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		38.475,00	38.535,00
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		(7.500,00)	(16.950,00)
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(195.543,49)	(62.964,04)
Pagamentos ao pessoal		16.455,98	(16.455,98)
Caixa gerada pelas operações		(148.112,51)	(57.835,02)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		382.631,54	68.455,02
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		234.519,03	10.620,00
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(143.885,87)	(24.634,62)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		4.572,42	2.249,38
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(139.313,45)	(22.385,24)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		95.205,58	(11.765,24)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		474.361,03	486.126,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		569.566,61	474.361,03

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A DIREÇÃO



ANEXO

1. Identificação da Entidade

A “**FRATERNIDADE SACERDOTAL DO PORTO**” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, reconhecida como IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, com o registo lavrado pela inscrição nº. 79/82, a fls. 179 e verso do livro das Associações de Solidariedade Social do C.R.S.S. do Porto, com sede na Rua S.Filipe de Nery – Igreja dos Clérigo – Porto.

A Fraternidade Sacerdotal do Porto, é uma associação de ajuda mútua do Clero e, como organização religiosa, desenvolve uma série de atividades para atingir os seus principais objetivos e fins, nomeadamente:

Fins e atividades principais:

Os fins e objetivos da Fraternidade concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos associados, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Facilitar aos associados o espírito de abnegação e desprendimento para o perfeito exercício do ministério apostólico;
- Prestar assistência espiritual e económica aos seus associados nos casos de doença, invalidez ou acidente;
- Sufragar as almas dos associados falecidos.

Fins secundários e atividades instrumentais:

- Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, a Fraternidade poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.
- A Fraternidade pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ele criadas, mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.
- A Fraternidade pode dar autonomia a algum ou alguns dos seus serviços mediante a criação de fundações pias autónomas canonicamente eretas.
- A Fraternidade não tem fins lucrativos.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho. O anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

As Demonstrações Financeiras de 2025 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico acima descrito e cumprem os requisitos da comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2024.

3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas, nem alterações nas estimativas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas e políticas de reconhecimento e mensuração aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Bases de Apresentação

3.1.1.1. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivamente nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.2. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.1.3. Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Associados. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.1.4. Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos Associados, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.1.5. Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos associados com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.1.6. Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.1.7. Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.1.8. Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.1.9. Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.1.10. Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.1.11. Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

PAK
R. V. V. V. V.
D. A. A.

3.1.1.12. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.2.1. Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 10.3, para melhor compreensão.

As transações de investimentos e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicados de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.1.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O Custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	8
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo método da equivalência patrimonial (MEP). Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação de trabalho – FCT (fundo de compensação de trabalho) e o FGCT (fundo de garantia da compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes. De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para a mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor. O reembolso irá corresponder ao montante para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado a eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.1.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.1.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/ beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período, e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados de período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

R. S. K.
P. V. K.
[Signature]

Os ativos e passivos financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica (juros e gastos similares suportados).

3.1.2.8. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não existiram alterações de políticas contabilísticas no exercício de 2025.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas no exercício de 2025.

3.4. Correções de erros dos períodos anteriores

No período de 2025 existiram as seguintes correções relativas a exercícios anteriores:

6881	7881
2176,47€	0,00€

Os gastos dizem respeito a despesas referentes a 2024, de encargos com impostos (AIMI e IMI), de acertos do Estado, bem como despesas de conservação e manutenção.

3.5. Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	99,59	-	-	-	-	99,59
Edifícios e outras construções	1.487.484,79	10.479,50	-	-	-	1.497.964,29
Equipamento básico	98.339,92	-	-	-	-	98.339,92
Equipamento de transporte	38.398,14	-	-	-	-	38.398,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.269,27	-	-	-	-	5.269,27
Outros Ativos fixos tangíveis	120.590,10	859,64	-	-	-	121.449,74
Total	1.750.181,81	11.339,14	-	-	-	1.761.520,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	477.954,75	30.657,84	-	-	-	508.612,59
Equipamento básico	96.470,40	1.240,58	-	-	-	97.710,98
Equipamento de transporte	12.799,38	4.799,77	-	-	-	17.599,15
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.269,25	-	-	-	-	5.269,25
Outros Ativos fixos tangíveis	120.321,50	859,64	-	-	-	121.181,14
Total	712.815,28	37.557,83	-	-	-	750.373,11

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	99,59	-	-	-	-	99,59
Edifícios e outras construções	1.497.964,29	-	(242.200,66)	-	-	1.255.763,63
Equipamento básico	98.339,92	-	-	-	-	98.339,92
Equipamento de transporte	38.398,14	-	-	-	-	38.398,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.269,27	-	-	-	-	5.269,27
Outros Ativos fixos tangíveis	121.449,74	479,25	-	-	-	121.928,99
Total	1.761.520,95	479,25	(242.200,66)	-	-	1.519.799,54
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	508.612,59	26.220,96	(96.880,20)	-	-	437.953,35
Equipamento básico	97.710,98	627,35	-	-	-	98.338,33
Equipamento de transporte	17.599,15	4.799,77	-	-	-	22.398,92
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.269,25	-	-	-	-	5.269,25
Outros Ativos fixos tangíveis	121.181,14	479,25	-	-	-	121.660,39
Total	750.373,11	32.127,33	(96.880,20)	-	-	685.620,24

4.2. Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2025, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Propriedade investimento	293.665,51	13.295,48		-	(8.126,48)	298.834,51
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	293.665,51	13.295,48	-	-	(8.126,48)	298.834,51

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2025
Propriedade investimento	298.834,51	143.406,62		-	(9.059,17)	433.181,96
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	298.834,51	143.406,62	-	-	(9.059,17)	433.181,96

Resumo dos Ativos Fixos Tangíveis

Ativos fixos tangíveis	Valor Ilíquido 31/12/2025	Depreciações acumuladas a 31/12/2025	Ativos Fixos Líquidos em 31/12/2025
Outros Ativos Fixos	1.519.799,54	685.620,24	834.179,30
Propriedades de investimento	561.089,53	127.907,57	433.181,96
Totais acumulados	2.080.889,07	813.527,81	1.267.361,26

5. Ativos Intangíveis

A Fraternidade Sacerdotal do Porto não possui ativos fixos intangíveis a 31 de dezembro de 2025.

6. Custos de empréstimos

A Fraternidade Sacerdotal do Porto não contraiu qualquer empréstimo durante o ano 2025, pelo que não existem custos de empréstimos referentes ao período.


 P. Vitor
 AA

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	5.932,98	-	-	8.192,66	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	5.932,98	-	-	8.192,66	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				5.932,98			8.192,66
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas (géneros alimentares): 8.192,66€

8. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	38.475,00	38.535,00
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	38.475,00	37.800,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros serviços	-	735,00
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	38.475,00	38.535,00

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº. 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
...		
Outros Devedores	1.146,56	1.159,21
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1.146,56	1.159,21

10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	1.115,61	1.019,97
Outros Gastos a reconhecer	6,31	19,73
Total	1.121,92	1.039,70
Rendimentos a reconhecer e credores por acréscimos		
Rendas	2.232,40	2.269,78
Quotas	900,00	1.350,00
Total	3.132,40	3.619,78

10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	214,14	173,85
Depósitos à ordem	358.352,47	113.187,18
Depósitos a prazo	211.000,00	361.000,00
Outros	-	-
Total	569.566,61	474.361,03

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	1.431.245,61	-	-	1.431.245,61
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	35.144,07		(31.513,33)	3.630,74
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	347.717,66		-	347.717,66
Total	1.814.107,34	-	(31.513,33)	1.782.594,01

10.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	5.258,82	-
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	5.258,82	-

10.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	774,08	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	15.371,28	1.862,39
Outros Impostos e Taxas		
Total	16.145,36	1.862,39
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	28,65	30,65
Segurança Social	303,03	304,38
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	331,68	335,03

10.7. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	5.000,00	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	2.692,88	-	2.103,56
Outros credores	-	140,00	-	24,03
	-	-	-	-
Total	-	7.832,88	-	2.127,59

10.8. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações (donativos)	7.101,00	7.435,83
Heranças	-	-
Legados	-	5.000,00
...	-	-
Total	7.101,00	12.435,83

10.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos		
Serviços especializados	35.209,56	18.073,99
Materiais	773,22	1.367,76
Energia e fluidos	7.092,78	7.402,34
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos (*)	5.238,90	5.173,65
Comunicação	1.227,42	1.418,65
Seguros	2.631,78	2.598,69
Despesas Representação	193,30	181,10
Contencioso e notariado	460,07	517,72
Limpeza, higiene e conforto	726,33	457,49
Outros	-	-
Total	48.314,46	32.017,74

R. Duarte
R. Duarte
R. Duarte

10.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares (781)		
Descontos de pronto pagamento obtidos (782)	10,00	10,00
Recuperação de dívidas a receber (783)		
Ganhos em inventários (784)		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros (786)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (787)	138.904,28	33.802,46
Outros rendimentos e ganhos (788)	53,95	
Juros Obtidos (791 exceto 7915)	4.572,42	2.249,38
Total	143.540,65	36.061,84

10.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos (681)	1.511,44	1.322,13
Descontos de pronto pagamento concedidos (682)		
Dividas incobráveis (683)		-
Perdas em inventários (684)		-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros (686)		-
Gastos e perdas investimentos não financeiros (687)		-
Outros Gastos e Perdas (688)	2.278,76	182,86
Custos c/apoios concedidos a associados ou utentes (689)	8.900,00	16.950,00
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde (6896)	-	-
Pensões complementares (6897)	7.500,00	14.500,00
Outros custos inerentes a associados sufrágios (6898)	1.400,00	2.450,00
Outros Juros (6912)	6,30	
Outras diferenças de câmbio (6928)		
Outros gastos (6988)		
Total	12.696,50	18.454,99

10.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados (6911)		
Diferenças de câmbio desfavoráveis (6921)	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento (6981)	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos (7915)	-	-
Dividendos obtidos (792)	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias...(785)	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	-	-

A → H

11. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS e a Direção é constituída por três membros.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 e em 31/12/2024 foi um.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	14.208,00	13.560,00
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	2.863,32	2.714,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	191,56	181,18
Gastos de Acção Social		-
Outros Gastos com o Pessoal		
Total	17.262,88	16.455,98

12. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção no dia 12 de março de 2026.

Porto, 12 de março de 2026

A Contabilista Certificada



A Direção



